

01 ABR 1996

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO  
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



**JULIO MESQUITA**  
 (1891 - 1927)

**JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA**  
 (1927 - 1969)

**Diretor-responsável**  
 FERNÃO L. MESQUITA

**Diretores**  
 Julio de Mesquita Neto  
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
 Ruy Mesquita  
 Oliveira S. Ferreira

**Diretor de Unidade**  
 Ruy Mesquita Filho

**Diretor-superintendente**  
 Francisco de Mesquita Neto

**Diretor-executivo**  
 Leão Serva

**Diretor-comercial**  
 Roberto Crissiuma Mesquita

**Editor-chefe**  
 Celso Kinjô

**Diretor da Agência Estado**  
 Rodrigo L. Mesquita

## Vitória escamoteada

Com grande determinação e boas chances de sucesso, a burocracia estatal, com sua incrível capacidade de manter privilégios, está tentando restabelecer, na regulamentação das mudanças no capítulo da Ordem Econômica da Constituição aprovadas no ano passado, o que o Congresso Nacional solenemente eliminou com o total apoio da população: a flexibilização dos monopólios estatais e as restrições à participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

Já na lei que regulamentou a abertura da navegação de cabotagem às empresas estrangeiras, por exemplo, o que foi tirado da Constituição foi sutilmente reposto e, na prática, os navios estrangeiros ficarão fora desse setor no Brasil. Na regulamentação da concessão de serviços de telefonia celular, transmissão de dados e exploração de satélites, o Ministério das Comunicações colocou uma exigência — a de que as empresas que ganharem concessões deverão ter pelo menos 51% de capital nacional — que contraria o espírito das reformas constitucionais do ano passado. A tentativa de eliminar essa exigência no Congresso, comandada pelo PFL por intermédio do relator do projeto, deputado Arolde de Oliveira, encontra fortes resistências da burocracia do Ministério das Comunicações, da Telebrás e da Embratel.

O mesmo rumo está tomando a regulamentação da flexibilização do monopólio estatal do petróleo exercido pela Petrobrás. Para aprovar a emenda, o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o compromisso com os senadores, em carta enviada ao presidente do Senado, José Sarney, de que a Petrobrás não seria prejudicada com as mudanças, garantindo algumas vantagens à empresa, como o direito de explorar com exclusividade as áreas em que ela já tenha começado os estudos geológicos. Outras empresas só poderiam pesquisar e explorar áreas totalmente virgens. Garantiu também à estatal a prioridade, quando na disputa de uma área, de ela ficar empatada com outra companhia.

O anteprojeto de regulamentação da flexibilização do monopólio, cuja íntegra o jornal **O Estado**

de S. Paulo publicou na sexta-feira, preparado pelo Ministério das Minas e Energia com a colaboração da própria Petrobrás, vai mais além, garantindo à estatal outras vantagens em relação aos eventuais competidores. Basta ver que, enquanto a Petrobrás deverá pagar royalties de 5%, as outras empresas pagarão 10%. O anteprojeto estabelece ainda diferenças entre empresas nacionais e estrangeiras, restringindo a participação no mercado àquelas “com sede e administração no País”.

“Do jeito que está, o projeto permitirá que a Petrobrás retome todo o seu poder no futuro” — denuncia o deputado José Carlos Aleluia, do PFL da Bahia, portanto correligionário e conterrâneo do ministro das Minas e Energia.

Nessas condições, não teremos a tão necessária competição no setor e muito menos capitais estrangeiros contribuindo para aumentar nossa produção de petróleo. Países como a Rússia, a China e a Argentina já abriram seus setores de petróleo ao capital estrangeiro e apresentam perspectivas muito mais atraentes do que as nossas, com ricas regiões geológicas ainda não exploradas.

É estranho que o presidente Fernando Henrique assista impassível à escamoteação da sua tão decantada vitória nas votações das reformas da Ordem Econômica. Ele, que está arriscando tudo na luta pela reforma da Previdência — até sua imagem de líder moderno preocupado também com reformar os costumes políticos — e já mobilizou suas lideranças no Congresso para a batalha da reforma administrativa, parece totalmente alheio à regulamentação da flexibilização dos monopólios. Como as reformas previdenciária e administrativa, apesar dos seus esforços, ficarão, certamente, muito distantes do que o governo desejava e precisa, ele corre sério risco de, no que diz respeito às reformas da Constituição, chegar ao fim do seu governo na mesma situação do pescador do *Velho e o Mar*, de Hemingway, no regresso de sua fabulosa pescaria.